Por uma Cidade Justa:
Combate à Pobreza como Prioridade Estrutural

O Porto precisa de gerar riqueza para todos, e não apenas riqueza para alguns. O combate à pobreza não é uma política entre outras - é a condição para qualquer desenvolvimento que mereça esse nome.

A pobreza no Porto não é apenas uma questão de rendimentos: é pobreza habitacional, cultural, educacional, laboral, ambiental e democrática, resultado de escolhas políticas que priorizam a especulação, o turismo e os negócios sobre as pessoas. A cidade exibe contrastes profundos: e**nquanto alguns territórios acumulam investimentos e novos residentes com elevado poder de compra, muitas zonas enfrentam abandono, degradação habitacional e ausência de equipamentos públicos de proximidade**. A pobreza também se manifesta na dificuldade de acesso à mobilidade segura, na exclusão digital, na precariedade laboral e na falta de oportunidades para jovens e pessoas mais velhas.

Apesar da aprovação de um **Plano Municipal Integrado de Combate à Pobreza**, o seu desenho ficou aquém do necessário. Não bastam somas de medidas avulsas, e muitas já implementadas. É preciso um plano coerente, participado e com impacto real. Esse plano deve ser **estratégico, transversal e vinculativo**, articulando políticas de habitação, mobilidade, educação, saúde, cultura, direitos sociais e democracia local, com metas claras e monitorização pública permanente. Com calendário de execução e avaliação anual, suportada por observatórios setoriais (Habitação e Política de Solos; Trabalho e Economia Local; Mobilidade e Espaço Público), com dados abertos e prestação de contas. Assume a escala metropolitana (AMP) como nível decisivo para transportes, interfaces e intermodalidade tarifária, articulando o município com Metro, STCP e municípios vizinhos.

O combate à pobreza deve ser entendido como prioridade de governação autárquica:

- Colocando o direito à **habitação no centro**, através do reforço do parque público e da limitação da especulação.
- Garantindo **igualdade de acesso** à escola, à cultura e à mobilidade como instrumentos de coesão social.
- Criando **emprego com direitos** e apoiando o comércio local e a economia solidária.
- Reforçando a **democracia participativa**, com transparência municipal, orçamentos participativos e estruturas de acompanhamento cidadãs.
- Integrando a **dimensão ambiental e climática** como fator essencial para a justiça social.
- Tornando os **transportes públicos progressivamente gratuitos** e coordenados à escala metropolitana, com prioridade a jovens, pessoas mais velhas e pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Integrando a **saúde mental** e uma **política municipal para as dependências** baseada na redução de riscos, com respostas de proximidade em escolas, bairros e rua, em articulação com o SNS.

Este programa é uma alternativa clara à continuidade da "cidade-negócio" gerida por Rui Moreira, PSD e PS. **Romper com 24 anos de governação de direita** significa devolver a cidade a quem nela vive, **contra a especulação** e a turistificação que expulsam moradores e degradam direitos.

Romper com o modelo de "cidade-negócio" é condição essencial para uma cidade justa. O Porto não pode continuar a ser refém de uma política que encheu o centro de camas para turistas e expulsou moradores para a periferia. O combate à pobreza exige uma estratégia que encare de frente a gentrificação e **recupere a cidade para quem aqui vive**.

6 EIXOS ESTRUTURANTES NO COMBATE À POBREZA

1-Habitação digna a preços justos

Casa é um direito. Não um investimento.

A falta de acesso a uma habitação digna e a um valor que as pessoas possam pagar é a porta de entrada para múltiplas formas de exclusão: instabilidade escolar, insegurança alimentar, desemprego, doenças mentais e físicas, dificuldades de mobilidade, entre outras. **A Câmara do Porto licencia anualmente mais camas para turistas do que casas para residentes.** Esta realidade, fruto de uma lógica especulativa alimentada pelo alojamento local, pelos hotéis e pela ausência de regulação, alastrou como uma mancha de óleo a toda a cidade e a outros municípios. O combate à pobreza habitacional passa também por travar a turistificação descontrolada e exige um aumento substancial do investimento público destinado a ampliar o parque habitacional disponibilizado pelo município. **Muitas cidades europeias têm mais de 20% de habitação social, o Porto não atinge 10%.** É essencial mobilizar recursos para recuperar habitação pública em prédios e terrenos municipais devolutos e garantir o uso habitacional das mais de vinte mil habitações atualmente vazias, bem como desenvolver modelos de habitação coletiva e cooperativa, fora da lógica especulativa do mercado.

Factos:

- Entre 2011 e 2021 o **valor das rendas aumentou 66%** na cidade (Censos 2021);
- Há **20.270 casas desabitadas** na cidade;
- **Mais de mil famílias** estão em lista de espera de habitação na ***Domus*** e um terço dos pedidos ficam fora desta lista por critérios injustos e opacos;
- Os critérios de atribuição deixam casos urgentes sem resposta;
- O parque habitacional público no Porto é insuficiente, **cobrindo menos de 10% das necessidades**, muito abaixo de outras cidades europeias (20%);
- Não há instrumentos municipais de emergência que respondam a **situações habitacionais urgentes**;
- O património habitacional do Instituto da Habitação está **degradado e com gestão ineficiente**, além da impossibilidade de comunicação eficaz com os serviços;
- Plano Diretor Municipal consente aumento de construções mas **sem contrapartidas públicas e sociais**;
- Não existem estruturas de monitorização permanentes sobre preços e carências habitacionais;
- **Os bairros existentes necessitam de adequação tipológica e de dimensão**, resolução de problemas estruturais e de uma gestão participada coletivamente.

- O **diagnóstico de ilhas** está desatualizado, ignorando a sua dimensão social;
- Falta de incentivos à habitação em **direito coletivo de cessão de uso** e fora do mercado privado de habitação;
- Falta de **programas de apoio a cooperativas de habitação** e ausência de enquadramento regulamentar para este modelo;
- **Falta de resposta aos estudantes** da Universidade do Porto;
- O conceito de "renda acessível" (20% abaixo do mercado) **é manipulado** e os valores continuam incomportáveis.

Por tudo isto, entre outras medidas, propomos um programa municipal robusto de construção, aquisição e reabilitação pública, capaz de eliminar as listas de espera e travar a turistificação que expulsa moradores.

Propostas-chave:

1. **Programa Municipal de Construção Pública de Habitação**, com a meta de aumentar o parque público para **15% do total de fogos do concelho até 2030** (cerca de 20.000 habitações), com prioridade ao modelo 100% público misto: i.e., preços de renda apoiada ("habitação social") e justa ("classe média");
2. **Reabilitação de fogos devolutos** para arrendamento público a preços controlados, através de agravamento efetivo do IMI e mecanismos de taxação justa;
3. **Adequação do parque habitacional existente**, garantindo qualidade habitacional e envolvimento dos moradores;
4. Generalização e recuperação do programa "Casa Reparada, Vida Melhorada" ou similar;
5. **Alargamento dos critérios de acesso à habitação pública municipal**, garantindo a inclusão das famílias com rendimentos baixos e médios;
6. Criação de uma **Bolsa de Habitação de Emergência** para resposta imediata a famílias em situação de urgência, incluindo um fundo municipal de caução para famílias em risco;
7. **Interdição da conversão de habitação em Alojamento Local;**
8. **Moratória ao licenciamento de hotéis**, até serem criados no PDM as ferramentas para a sua efetiva regulação (zonamento) no sentido de garantir equilíbrio entre uso habitacional e empreendimentos ligados ao turismo;
9. **Utilização da taxa turística para financiar políticas de habitação pública;**
10. **Revisão do PDM** para travar a expansão especulativa sem contrapartidas em habitação pública municipal, a instalação indiscriminada de hotéis, alojamento local e garantir zonamento inclusivo eficaz: 25% custo controlado em cada nova operação;

11. **Criação do Conselho Local de Habitação,** com representação de moradores, técnicos e movimentos sociais, para acompanhamento das políticas públicas e promoção de conselhos e apoio técnico de freguesia;
12. **Gestão participada dos bairros sociais**, com resposta de intervenção comunitária e integrada, a concretizar através da criação de pelo menos 30 equipas técnicas multidisciplinares para este objetivo;
13. **Implementação de um Observatório Municipal de Habitação e Política de Solos**, para monitorizar preços, carências e impactos da pressão turística;
14. **Atualização do levantamento das condições habitacionais das ilhas** e definição de programa municipal de reabilitação com recurso a orçamento municipal, nacional e comunitário e interdição de conversão em Alojamento Local;
15. **Programa de promoção de repúblicas estudantis** em regime de gestão coletiva.
16. **Atualização do diagnóstico das ilhas**, integrando dimensão social no sentido da criação de um **programa municipal de reabilitação das ilhas**, com fundos municipais, nacionais e europeus;
17. Estabelecimento de uma **plataforma de articulação com o IHRU** que garanta a reabilitação e atribuição a moradores do edificado público deste instituto na cidade;
18. **Programa de apoio técnico, jurídico e administrativo, de disponibilização de terrenos e edifícios públicos** e ainda de **acesso a financiamento com garantia pública a cooperativas de habitação em regime de propriedade coletiva** em direito de superfície e fora do mercado privado e destinadas a arrendamento condicionado em gestão coletiva;
19. **Criação de um regulamento da habitação cooperativa,** prevendo garantia de que fogos em cooperativas permanecem fora da especulação;
20. **Revisão imediata da Estratégia Local de Habitação**, a fim de garantir resposta a todas as necessidades identificadas no diagnóstico e estabelecendo critérios para tetos aos preços da habitação e do solo urbano;
21. **Gabinete Municipal de Mediação de Arrendamento e Apoio ao Inquilino**, assegurando informação e apoio jurídico gratuito, mediação preventiva de despejos e fundo municipal de caução para situações de vulnerabilidade.

2-Cultura como instrumento de inclusão

Cultura para quem vive aqui, não só para quem visita.

A política cultural do Porto tem estado capturada por lógicas de espetáculo e eventos de grande escala, deixando à margem territórios, escolas e agentes mais vulneráveis. A ausência de planeamento estruturado, de políticas de proximidade e de apoios contínuos limita o acesso à cultura, **fragiliza o setor e agrava desigualdades entre o centro e a periferia**. **A cultura é muitas vezes instrumentalizada como marca turística da cidade, em vez de ser reconhecida como direito fundamental e motor de coesão social.** A política cultural do Porto deve ser independente de interesses privados e diplomáticos. O financiamento público não pode servir para reforçar fundações que, embora dependentes maioritariamente de fundos públicos, continuam a funcionar sem escrutínio democrático. **O investimento municipal deve priorizar projetos comunitários, coletivos artísticos locais e iniciativas que promovam a diversidade cultural e a liberdade de criação.** Urge fazer da cultura uma ferramenta de coesão social, de acesso à cidadania e de valorização da diversidade, garantindo igualdade no acesso, apoio estruturado ao associativismo, integração plena da dimensão cultural no percurso educativo e comunitário e promoção de programas intergeracionais que aproximem gerações através da cultura.

Factos:

- Inexistência de uma Carta Municipal da Cultura que defina prioridades, com participação cidadã e dos agentes locais;
- **Apoios públicos condicionados a projetos avulsos e instáveis**, em vez de programas estruturais;
- **Fragilidade estrutural das companhias e coletivos artísticos**, impedindo a estabilidade de equipas e a planificação regular da criação cultural;
- **Predomínio de grandes eventos** em detrimento de criação e fruição de base local e de continuidade com utilização de fundos públicos;
- **Marginalização de iniciativas de base comunitária e associativa**, que garantem acesso cultural em bairros periféricos;
- Insuficiência e **desigual distribuição de espaços culturais** e associativos de proximidade, acessíveis e reabilitados em todos os territórios;
- **Acesso desigual das escolas às atividades culturais**, deixando muitas crianças e jovens sem contacto regular com o património e experiências artísticas;
- **Inexistência de mecanismos universais** que garantam o acesso regular de todas as crianças e jovens a experiências culturais diversificadas;
- **Desvalorização dos trabalhadores da cultura**, sujeitos a precariedade e falta de reconhecimento;

- Ausência de monitorização pública sobre desigualdades no acesso à cultura;
- Inexistência de programas municipais de apoio à **investigação científica sobre a cidade e as freguesias;**
- **Cerca de 80.000 estudantes vivem na cidade**, com fraca integração consistente nas políticas culturais;
- **Espaços associativos/comunitários sem mapeamento** e reconhecimento sistemático como infraestrutura cultural;
- **Comunidades imigrantes e respetivas línguas sub-representadas** na programação e no acesso;
- **Artesãos/ceramistas e ofícios manuais fora dos circuitos municipais**;
- Pressão imobiliária agrava a **fragilidade do ecossistema cultural** e empurra coletivos para fora dos seus bairros;
- Programas de proximidade como o Cultura em Expansão perdem impacto por **falta de continuidade**;
- Casos como o STOP expõem a **escassez de espaços acessíveis de criação**.

Por tudo isto, entre outras medidas, propomos uma **Carta Municipal da Cultura e um Passaporte Cultural** para garantir acesso universal e apoiar a criação comunitária em todos os bairros.

Propostas-chave:

22. **Aprovar uma Carta Municipal da Cultura até ao final de 2026**, construída com a participação dos agentes locais e da comunidade, com metas, indicadores e financiamento plurianual.
23. **Criar um Passaporte Cultural Municipal**, assegurando que todas as crianças e jovens, do pré-escolar ao secundário e universitário, têm acesso anual a um número mínimo de experiências culturais diversificadas (teatros, museus, exposições, planetário, etc.), com registo físico e digital.
24. **Estabelecer parcerias com equipamentos culturais** fora da esfera municipal para garantir a gratuitidade do acesso pelo menos uma vez por semana, no sentido da democratização do acesso aos museus e espaços culturais na cidade.
25. **Envolvimento das famílias e da comunidade escolar** na política cultural, clarificando a meta municipal de acesso universal e envolvendo as escolas no cumprimento dessa meta.
26. **Apoios estruturais e plurianuais ao associativismo cultural** dos bairros e a coletivos artísticos locais, em especial nos territórios periféricos.

27. **Apoio às estruturas de criação** - para lá de pontuais programações ou de concursos para o preenchimento programático de espaços municipais -, através de planos anuais ou bianuais que possibilitem a estabilização das estruturas e equipas e a planificação dos períodos de criação artística, garantindo-se dessa forma uma permanente e diversificada oferta artística e cultural.
28. **Bolsas de criação com escalões diferenciados** (p.ex. 5.000€ / 15.000€) e calendário estável.
29. Reconhecimento e valorização dos **trabalhadores da cultura** como pilar no combate à precariedade.
30. Criação de **programas intergeracionais** que aproximem crianças, jovens e pessoas mais velhas através da cultura.
31. Reabilitação e abertura de **espaços culturais e associativos de proximidade**, garantindo acesso em todo o território.
32. Criação do espaço / museu da resistência e da luta pela democracia no Porto.
33. Publicação anual de um **Relatório Municipal de Práticas Culturais**, com base em estudos de públicos regulares, monitorizando desigualdades e propondo medidas corretivas.
34. **Transparência e escrutínio público sobre a afetação de fundos culturais**, privilegiando projetos com impacto comunitário duradouro, com a criação de um portal público de afetação de fundos.
35. **Criação de um programa de bolsas de investigação com vista a fomentar a produção de conhecimento científico relacionado com a cidade e as freguesias,** abrangendo diversas áreas do conhecimento, como história, cultura, património, arquitetura, literatura, sociologia, geografia, entre outras.
36. Organização de um **Fórum Popular de Política Cultural** de encontro regular para escrutínio e codificação de propostas.
37. **Apoio e incentivo a polos autogeridos de criação** com rendas comportáveis e autonomia de gestão.
38. Reativação do **Edifício Transparente** como equipamento cultural e cívico, honrando a função original.
39. Integração da comunidade imigrante na programação e acesso, com reconhecimento de línguas e expressões culturais.
40. Saúde mental e cultura: iniciativas que reconheçam a cultura como espaço de cuidado e combate ao cansaço social.

3-Educação e cuidados para quebrar o ciclo de pobreza

Cuidar é resistir.
Educar é libertar.

Sem creches acessíveis e escolas inclusivas, muitas crianças nascem condenadas a repetir a pobreza dos pais. A falta de planeamento municipal na área da educação e cuidados tem deixado famílias sem resposta adequada, tanto na primeira infância como no acompanhamento escolar. A escola pública deve ser complementada por uma rede sólida de proteção social. O apoio aos cuidadores informais, a existência de programas municipais de saúde mental nas escolas e o combate à violência doméstica fazem parte de uma estratégia integrada de cuidados. A educação só será libertadora se caminhar lado a lado com o direito a uma vida protegida, digna e segura para crianças, pessoas mais velhas, pessoas com deficiência e famílias. Urge garantir igualdade de oportunidades desde a infância, apoiando famílias, cuidadores e escolas, assegurando que nenhuma criança no Porto é excluída do direito a aprender, brincar, crescer e participar num ambiente seguro, inclusivo, culturalmente rico e ambientalmente saudável.

Factos:

- **Vagas prometidas em creches ficaram por cumprir**.
- Porto não construiu creches municipais nos últimos anos, deixando sobretudo as **crianças de 3 anos sem resposta** nem na creche nem no pré-escolar.
- **Falta de apoio a cuidadores informais**, que asseguram cuidados essenciais sem reconhecimento nem suporte.
- **Escolas públicas com recursos desiguais**, agravando desigualdades sociais e territoriais.
- **Inexistência de gabinetes de inclusão escolar** com técnicos especializados para apoiar crianças com necessidades educativas específicas.
- **Ausência de mediadores culturais e intérpretes** em escolas com forte presença de comunidades migrantes.
- **Oferta limitada e pouco diversificada** de Atividades de Enriquecimento Curricular **(AEC)**.
- **Ausência de programas sistemáticos de literacia socioemocional** nas escolas (gestão de emoções, convivência, prevenção do bullying).
- **Falta de integração da educação artística** e desportiva como parte regular do currículo.
- **Falta de programas** municipais regulares de **leitura e literacia digital** em articulação com bibliotecas.
- **Escassez de programas inclusivos de ocupação dos tempos não letivos** com recursos qualificados.

- **Escassez e má qualidade de parques infantis**, essenciais à socialização;
- **Insuficiência de programas de articulação entre gerações**, deixando pessoas mais velhas e crianças isolados em contextos diferentes.
- **Insuficiência de verbas municipais** transferidas para as freguesias para **ação social de proximidade**, apoio a pessoas mais velhas e cuidadores informais e combate ao isolamento.

Por tudo isto, entre outras medidas, propomos a **construção de creches municipais, apoio a cuidadores informais e programas de inclusão nas escolas**, para quebrar o ciclo de pobreza desde a infância.

Propostas-chave:

41. **Construção e requalificação de creches municipais e acordos com a Segurança Social** para uma gestão partilhada da rede de creches e pré-escolar, garantindo resposta universal à primeira infância, assegurando continuidade educativa;
42. **Apoio financeiro e formação a cuidadores informais**, reconhecendo o seu papel central na rede de cuidados da cidade.
43. **Reforço de recursos humanos**: contratação de assistentes operacionais, psicólogos, mediadores culturais e intérpretes, com especial atenção às escolas em territórios educativos de intervenção prioritária.
44. **Criação de Gabinetes de Inclusão Escolar** em cada agrupamento, com técnicos especializados.
45. **Reforço das AEC**, com diversificação (artes, ciência, desporto, cultura local) e impacto real na inclusão social.
46. **Integração da literacia socioemocional** (gestão de emoções, convivência, prevenção do bullying) nas escolas.
47. **Promoção de programas de leitura e literacia digital** em parceria com bibliotecas municipais.
48. **Rede de Wi-Fi público e Hubs Digitais de Bairro** (bibliotecas/escolas), com equipamentos partilhados e formação básica gratuita, para inclusão digital de crianças, jovens, pessoas mais velhas.
49. **Programas educativos intergeracionais**, promovendo atividades conjuntas entre pessoas mais velhas e crianças, reforçando laços comunitários e solidariedade entre gerações.
50. **Alargamento substancial da rede de parques infantis**, através do desenvolvimento de um plano municipal de diagnostico, requalificação e construção de equipamentos diversificados, próximos das escolas e acessíveis em todas as freguesias.
51. **Estabelecimento de protocolos com universidades** para garantir apoio à formação contínua de professores e técnicos.
52. **Aumento das verbas municipais a transferir para as freguesias**, com vista ao reforço da sua **capacidade de atuação em matéria de ação social**, apoio a pessoas mais velhas, apoio a cuidadores informais, combate ao isolamento e trabalho de proximidade.

4-Trabalho com direitos e economia local contra a pobreza

Emprego com direitos ou cidade sem futuro.

A economia do Porto ao basear-se nas atividades ligadas ao turismo gera emprego precário e mal pago, sem redistribuição da riqueza. O **salário médio** no Porto está **abaixo da média nacional**, o emprego concentra-se em setores sem direitos, o **pequeno comércio está asfixiado** e até a **própria Câmara recorre a práticas de precárias ou à subcontratação de serviços essenciais**. É urgente pôr fim a esta realidade: **funções permanentes exigem contratos permanentes com direitos**, aplicando na Câmara e empresas municipais a **Meta Zero de precariedade**.
A ausência de uma estratégia de diversificação económica, aliada à falta de cláusulas sociais nos apoios públicos, tem **aprofundado desigualdades, fragilizado o tecido produtivo local e colocado em risco a sustentabilidade da cidade**. É necessário que a Câmara seja exemplo e motor de emprego digno, garantindo contratos estáveis, transparência nas contratações e políticas que fortaleçam a economia local e solidária.
Combater a 'monocultura' do turismo é também defender a economia local. A Câmara deve apoiar setores inovadores e sustentáveis, garantindo que a riqueza criada no Porto fica no Porto, ao invés de ser canalizada para grupos privados e especulativos que exploram os trabalhadores em condições precárias. **Urge criar emprego digno e sustentável, que fique na cidade, combata a precariedade laboral e energética e valorize o trabalho como motor do desenvolvimento económico e social do Porto.**

Factos:

- **Salário médio no Porto** abaixo da média nacional.
- **Empregos concentrados no turismo** e em serviços precários.
- **Pequeno comércio asfixiado**, em risco de encerramento, em particular no centro da cidade.
- **Inexistência de uma estratégia municipal consistente** de diversificação económica, centrada em inovação, economia verde, social e criativa.
- **Uso recorrente de contratos a prazo e prestações de serviços para necessidades permanentes da Câmara e empresas municipais**, incluindo adjudicações a empresas sem negociação coletiva.
- **AEC** (Atividades de Enriquecimento Curricular) com **vínculos frágeis e instáveis**.
- **Falta de critérios laborais claros nos apoios municipais a empresas**, sem avaliação da qualidade do emprego, sem representação dos trabalhadores nos processos e sem mecanismos de distinção positiva de boas práticas.
- **Rede insuficiente de laboratórios para projetos piloto** do foro social e cooperativas de base comunitária.

Por tudo isto, entre outras medidas, propomos a **Meta Zero de precariedade na Câmara e critérios laborais nos apoios municipais**, defendendo emprego com direitos e revitalização do comércio local.

Propostas-chave:

53. **Meta Zero: fim da precariedade na Câmara** - todos os trabalhadores/as que desempenham funções permanentes para a autarquia (diretos, empresas municipais) devem ter contratos permanentes e com direitos com a autarquia.
54. **Apoios sociais para trabalhadores municipais**: criação de creches municipais e salas de estudo para filhos de trabalhadores, garantindo conciliação entre vida profissional e familiar.
55. **Revisão das práticas de contratação externa**, não adjudicando contratos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços a empresas sem negociação coletiva.
56. **Estabilidade nas AEC**, assegurando vínculos estáveis aos profissionais enquanto a atividade existir.
57. **Critérios laborais na atribuição de apoios municipais**:
    a. Empresas apoiadas pela Câmara devem garantir contratos permanentes para funções permanentes.
    b. Avaliação da qualidade do emprego como critério obrigatório em apoios, prémios ou distinções.
    c. Inclusão de representantes de trabalhadores nos júris de avaliação.
58. **Criação de um Selo Municipal "Trabalho com Direitos"**, distinguindo empresas que cumpram critérios de estabilidade, igualdade salarial e sustentabilidade ambiental.
59. **Apoio ao pequeno comércio**, com medidas fiscais e programas de revitalização, especialmente no centro histórico.
60. **Plano de diversificação económica** com foco em inovação, economia verde, social e criativa, que promova setores alternativos ao turismo e serviços precários.
61. **Rede de cooperativas e laboratórios para projetos piloto** do foro social, estimulando modelos de economia solidária e comunitária.
62. **Economia social com direitos**: apoio a IPSS, cooperativas e misericórdias deve estar condicionado à garantia de emprego de qualidade e estável.
63. **Observatório do Trabalho e da Economia Local**, para recolha e publicação de dados sobre precariedade, salários, apoios e impacto das políticas municipais no emprego.

5-Mobilidade, ambiente e espaço público

Segurança é andar a pé sem medo.

Uma cidade dominada pelo automóvel é uma cidade desigual: aumenta os riscos para peões e ciclistas, dificulta a inclusão social, compromete metas ambientais e torna os transportes públicos menos atrativos. Para inverter este modelo, **é preciso priorizar a mobilidade coletiva, pedonal e ciclável**, garantindo um espaço público seguro, inclusivo e de qualidade. A cidade continua a carregar custos sociais e económicos brutais pela opção de privilegiar o automóvel: **nos últimos dez anos, os acidentes rodoviários representaram mais de 600 milhões de euros em perdas económicas**, **quase 100 mortos e mais de 10.000 feridos**. O Porto precisa de uma verdadeira revolução na mobilidade, privilegiando os modos pedonal, ciclável e o transporte coletivo de passageiros. A mobilidade deve ser tratada como um direito social, essencial para o acesso a outros direitos fundamentais - saúde, educação, cultura, habitação e trabalho. **Urge assegurar o direito à cidade, à mobilidade e à segurança como formas de inclusão, promovendo uma rede de transportes públicos acessível e confiável, espaço público seguro e agradável e alternativas sustentáveis ao automóvel.** A gratuitidade progressiva dos transportes públicos, começando por jovens, pessoas mais velhas e pessoas em situação de vulnerabilidade, é condição para tornar o sistema realmente inclusivo e atrativo. O caso da Rua da Costa Cabral é exemplo da negligência da Câmara: anos de pedidos ignorados, milhares de pessoas em risco e só agora intervenções mínimas. Não basta celebrar "almofadas redutoras": **é necessária uma estratégia estrutural para acabar com o risco nas vias mais perigosas**. A mobilidade deve articular-se com a adaptação às alterações climáticas, a arborização das ruas, a criação de espaços verdes e hortas urbanas e a melhoria da qualidade do ar, transformando o espaço público num fator de saúde e resiliência ambiental.

Factos:

- Na última década, acidentes rodoviários implicaram **perdas económicas superiores a 600 M€, tendo como consequência. 12.000 vítimas de atropelamento, incluindo mais de 80 mortes.**
- Transporte público irregular, com **horários pouco fiáveis e faixas dedicadas insuficientes**.
- **Ausência de coerência no investimento na expansão de rede** (Metro, Metrobus, elétrico) e de parques dissuasores que facilitem a articulação entre modos de transporte.
- **Pressão de vias rápidas/autoestradas urbanas** (VCI, Via Norte, A3) com impacto na saúde e na mobilidade local.
- **Passadeiras perigosas e passeios demasiado estreitos**, que colocam em risco a mobilidade pedonal.

- **Inexistência de medidas eficazes de acalmia de tráfego,** como limites de velocidade de 20/30 km/h em zonas residenciais e escolares e passadeiras elevadas.
- **Ausência de uma rede de ciclovias** conectada e segura.
- **Menos de 1% da repartição modal no município é feita por bicicleta**, e apenas 22% por transporte público - uma redução face a 2011.
- **O Bike Friendly Index (BFI)** - que mede o grau de aptidão dos concelhos portugueses para o uso de bicicletas - identifica o Porto como uma das cidades com mais condições para a mobilidade em bicicleta, mas também com menor compromisso político.
- **Falta de intermodalidade entre transportes públicos**, bicicletas e caminhada.
- **Escassa acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida**.
- **Excessivo espaço público dedicado ao automóvel individual**.
- **Aumento da poluição atmosférica e sonora** em zonas urbanas densas.
- Inexistência de mecanismos para monitorizar políticas, recolher dados e propor melhorias com participação de cidadãos e especialistas.
- **Falta de programas de mobilidade escolar** que garantam autonomia e segurança das crianças.

Por tudo isto, entre outras medidas, propomos **gratuitidade progressiva dos transportes públicos e uma revolução pedonal e ciclável**, para pôr a vida no centro da cidade, e não o automóvel.

Propostas-chave:

64. **Alargamento da gratuitidade dos transportes públicos**, com prioridade a jovens, pessoas mais velhas e pessoas em situação de vulnerabilidade, até atingir a gratuitidade universal.
65. **Mais faixas BUS dedicadas à STCP**, com reforço de horários regulares e fiáveis.
66. **Metrobus 100% em canal dedicado** até Praça do Império e Edifício Transparente, garantindo fiabilidade e rapidez.
67. **Avanço da linha de metro para Gondomar**, garantindo o acesso às populações de zonas altamente povoadas como a do Cerco e do Lagarteiro a transportes públicos de qualidade.
68. Estudo faseado para a promoção do elétrico como transporte público acessível e regular.
69. **Implementação de parques dissuasores (park & ride)** nas entradas da cidade, ligados a transportes públicos e modos suaves.
70. **Limites de velocidade de 20 e 30 km/h em zonas residenciais e escolares**, com fiscalização efetiva.
71. **Plano Municipal de Mobilidade Pedonal**, garantindo:
    a. Passeios com largura mínima de 1,5 metros.
    b. Condições de sombra através de arborização adequada.
    c. Requalificação de ruas com maior fluxo pedonal.

72. **Expansão das zonas pedonais e partilhadas**, assegurando segurança e qualidade de vida urbana.
73. **Requalificação de artérias simbólicas e comunitárias**, promovendo segurança rodoviária e valorização do espaço público.
74. **Plano Municipal de Acessibilidade Universal 2026-2030**: auditoria independente e pública às barreiras arquitetónicas; 100% das paragens STCP acessíveis (plataformas, informação sonora/visual e em tempo real); rebaixamento de passeios e largura mínima garantida; passadeiras com sinalização sonora e tátil; acessibilidade plena em interfaces (elevadores, WC, percursos); relatório anual de cumprimento; melhoria das ligações entre cotas (elevadores, rampas, interfaces pedonais) em Arrábida/Campo Alegre e outras frentes de encosta.
75. **Rede pública de bicicletas gratuitas**, com estações distribuídas por toda a cidade.
76. **Criação de uma verdadeira rede municipal e intermunicipal de vias cicláveis**, alargando a rede interna em pelo menos 100km até 2030, e assegurando ligação direta e rápida aos centros de Matosinhos, Maia, Gondomar, Valongo, Vila Nova de Gaia.
77. **Promoção do uso da bicicleta como meio de transporte no Porto**, no sentido de aumentar em 10 vezes até 2029 - para cerca 8% das deslocações diárias.
78. **Programa de Mobilidade Escolar**: percursos seguros casa-escola, guardiões de passadeira, bicicleta à escola, ruas escolares e formação rodoviária.
79. **Estabelecimento de um dia mensal e fins de semana sem carros**, promovendo transportes públicos, bicicletas e caminhada.
80. **Participação do município do Porto nas Semanas Europeias da Mobilidade** que todos os anos mobilizam mais de 1.000 cidades de 33 países por transportes acessíveis, baratos, inclusivos e seguros.
81. **Plano de Arborização com meta 3.750 árvores/ano**, ruas sombreadas e zero mortalidade de árvores jovens (proteção e rega).
82. **Rede de espaços verdes de proximidade** (parques Asprela, Bouça/Lapa, Currais, Outeiro do Tine, Ervilha) e hortas urbanas em todas as freguesias.
83. **Rede de parques de recreio para cães**: replicar o modelo Covelo em vários bairros.
84. **Revisão do Plano de Ação Climática** com metas vinculativas: ilhas de calor, águas pluviais, permeabilidade do solo (preservando-a onde faça sentido técnico), proteção costeira e infraestrutura verde-azul.
85. **Comunidades de Energia** (bairros, escolas, equipamentos) com prioridade à pobreza energética; produção local e autoconsumo coletivo.
86. **Promoção de circuitos curtos alimentares** (mercados/bio, cantinas públicas, compras locais).
87. **Plano de Qualidade do Ar e Ruído**: fiscalização industrial, redução de tráfego em zonas críticas, pavimentos silenciosos, barreiras verdes e relatório bienal.
88. **Integração da mobilidade com qualidade urbana**, articulando políticas de transportes com habitação, ambiente e espaço público.
89. **Criação de um Observatório Cívico de Mobilidade**, com participação de utentes, técnicos e movimentos locais, para monitorizar políticas e propor melhorias.

6-Participação cidadã e direitos sociais

A cidade também se decide com pessoas.

Quem vive a pobreza tem pouco tempo e poucos meios para participar - e quem governa continua a tratar a participação como decorativa. O "orçamento colaborativo" funciona apenas como um fundo para associações, as consultas públicas são tratadas como procedimentos administrativos e os planos de igualdade e diversidade continuam inexistentes. **Esta exclusão democrática agrava desigualdades e fragiliza a confiança nas instituições locais**. A segurança deve ser entendida como um direito social e não como instrumento de medo. **A verdadeira insegurança é a que nasce da pobreza, da violência doméstica, da exclusão das pessoas mais velhas, da falta de cuidadores para crianças e pessoas mais velhas, da perseguição às pessoas LGBTQIA+, do racismo e da xenofobia.** Compete ao município assumir um papel ativo no combate a estas inseguranças, criando respostas inclusivas em vez de reforçar lógicas repressivas. Também a política municipal para as dependências permanece ausente: sem equipas de rua estáveis, sem salas de consumo vigiado, sem casas de transição e sem coordenação metropolitana, perpetuando insegurança e exclusão."Urge criar mecanismos de participação verdadeiramente vinculativos, acessíveis e transparentes, que permitam às populações influenciar decisões, acompanhar políticas e construir coletivamente o futuro da cidade. **É premente empoderar as pessoas e os territórios marginalizados, transformando a democracia local num instrumento real de combate à pobreza, de construção comunitária e de coesão social.**

Factos:

- **Orçamento "colaborativo" limitado** a financiamento de associações, sem participação direta da cidadania.
- **Consultas públicas desvalorizadas** e sem impacto real.
- **Falta de mecanismos de participação**, como conselhos de cidadãos diversificados e deliberativos.
- Planos Municipais de Igualdade, Diversidade e Cidadania ausentes.
- **Provedoria Municipal pouco conhecida** e com pouca capacidade de intervenção.
- **Falta de mecanismos de apoio** e capacitação para coletivos de cidadãos.
- **Escassez de espaços locais de encontro** e capacitação comunitária.
- **Ausência de programas municipais estruturados de combate à solidão**, com visitas de vizinhança, voluntariado e atividades intergeracionais.
- **Intervenções dos munícipes nas Assembleias frequentemente remetidas para horários tardios** e sem impacto.
- Participação desigual: **jovens, pessoas mais velhas, migrantes e pessoas com deficiência estão sub-representados** nos processos participativos.
- **Falta de transparência e de prestação de contas** sobre a execução das propostas aprovadas.

- **Inexistência de mecanismos para monitorizar a qualidade da participação** e publicar relatórios anuais.
- **Ausência de departamento dedicado à participação** e ao envolvimento cidadão.
- **Rede Social fragmentada**, sem abordagens de diagnóstico e avaliação consistentes.
- **Políticas de dependências desarticuladas** (sem equipas de rua estáveis, salas de consumo vigiado, casas de transição, coordenação metropolitana).
- **Migrações: bloqueios documentais e desinformação local** com ausência de dados locais fiáveis.

Por tudo isto, entre outras medidas, propomos a **criação de um Centro para a Diversidade**, dedicado à defesa e promoção dos direitos da comunidade LGBTQIA+, funcionando como espaço de encontro, proteção e cidadania plural.

Propostas-chave:

90. **Orçamento Participativo Municipal vinculativo**, distinto do colaborativo, com:
    a. Apoio técnico e de capacitação aos coletivos proponentes.
    b. Acompanhamento estruturado e garantia de execução efetiva dos projetos.
    c. Coordenação temporal entre freguesias.
91. **Criação de um Conselho de Cidadãos até 2026**, assegurando diversidade cultural, socioeconómica e geográfica, e promovendo metodologias inovadoras de participação (ex.: atividades comunitárias, interculturais, gastronómicas).
92. **Constituição de um pelouro, divisão municipal ou departamento da participação,** à luz do que acontece em municípios de outros países, com responsabilidade transversal sobre processos participativos e avaliação.
93. **Criação de um observatório de democracia local**, envolvendo universidades, associações e cidadãos, para monitorizar a qualidade da participação e emitir relatórios públicos anuais.
94. **Estabelecimento de um orçamento próprio para iniciativas de base comunitária**, autónomo e livre de instrumentalização política.
95. **Portal da Participação**, distinto do Portal do Munícipe, simples e acessível, com:
    a. Divulgação clara de documentos em discussão pública.
    b. Informação sobre horários, locais e formas de participação.
96. **Campanhas de literacia cidadã**, explicando funções da Câmara, das Juntas e da Provedoria, bem como os canais de participação existentes.
97. **Reforço da Provedoria Municipal**, com campanhas de divulgação da sua existência e competências, e mais meios para intervenção efetiva.
98. Para além da Assembleia Municipal, **transmissão online de todas as sessões de Câmara e assembleias de freguesia**.
99. **Reformulação da participação nas Assembleias Municipais**, garantindo horários acessíveis e valorização efetiva das intervenções dos cidadãos.
100. **Realização de Assembleias Municipais descentralizadas** em cada uma das freguesias.
101. **Reuniões do Executivo públicas** com pontuais exceções em caso de pontos que tenham de ser privados, como é o exemplo de ordens de trabalho relativas a processos disciplinares.

102. **Criação de Centros Comunitários / Casas da Participação**, em cada freguesia ou polo municipal, como espaços de encontro comunitário, apoio a coletivos e promoção de iniciativas locais.
103. **Memória da Participação**, com registo municipal sistemático das práticas participativas e integração de espaços de memória e feedback nos centros comunitários.
104. **Tarifa Social Municipal Automática** (água, saneamento e resíduos), interoperável com o tarifário social de energia e com adesão facilitada às Comunidades de Energia, priorizando famílias em pobreza energética.
105. **Planos Municipais de Igualdade, Diversidade e Cidadania**, com metas e medidas concretas.
106. **Criação de um Centro para a Diversidade**, que seja um espaço de conforto, protecção e inclusão, onde qualquer pessoa possa encontrar apoio em situações de discriminação, assédio ou violência. Um lugar de diálogo, de cuidado e de empoderamento comunitário, que reforce a nossa cidade como um território seguro para todas e todos.
107. **Valorização e estabilidade dos mediadores interculturais**, reconhecendo o seu papel estruturante no apoio às comunidades.
108. **Estabelecimento do Plano Municipal de Integração de Migrantes** com diagnóstico de base, metas anuais e financiamento, incluindo:
    a. mediadores e tradutores nas escolas e serviços;
    b. formação obrigatória nas juntas para recenseamento e direitos políticos;
    c. apoio a associações de migrantes;
    d. Conselho Municipal para as Comunidades Migrantes com competências deliberativas em matérias definidas;
    e. campanhas anti-racismo e de literacia cívica.
109. **Interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP) nos serviços municipais** e nas Assembleias, garantindo acessibilidade comunicacional.
110. **Definição de quotas de participação cidadã** em conselhos municipais temáticos (habitação, mobilidade, ambiente, cultura).
111. **Estabilização de uma política municipal integrada para as dependências** que contribua para a garantira de equipas de rua multidisciplinares em todos os territórios críticos, reforço das unidades de proximidade para troca de material, testagem e encaminhamento, salas de consumo vigiado em articulação com as entidades responsáveis, casas de transição com acompanhamento social e psicológico, realização de um Fórum Municipal de Consumos e indicadores públicos semestrais (acessos, eventos evitados, encaminhamentos), coordenação metropolitana com AMP/ARS.
112. **Programa municipal "Ninguém Só"**, com visitas de vizinhança, voluntariado estruturado e atividades intergeracionais para combater a solidão e promover o bem-estar psicológico.
113. **Reorganização da Rede Social**: diagnóstico único, critérios transparentes de financiamento e técnico-pivô por família; mais técnicos no terreno.
114. **Comissões Sociais de Freguesia robustas**: planeamento comunitário com escolas, saúde, creches, coletivos e moradores.

Conclusão-
Uma política de justiça social

A segurança não se mede pelo número de polícias na rua, mas pela garantia de direitos sociais. A verdadeira insegurança é a da pobreza, da violência doméstica, do racismo, da LGBTfobia, da exclusão das pessoas mais velhas ou da ausência de cuidadores para crianças e pessoas mais velhas e dos territórios abandonados. **O Porto deve combater o populismo securitário** com uma agenda de segurança assente em:

- **Habitação digna e estável para todos**, travando a especulação e ampliando o parque público.
- **Apoio e proteção às vítimas de violência doméstica**.
- **Combate ao racismo e à xenofobia** em todas as frentes.
- **Políticas ativas de igualdade e não discriminação**, garantindo segurança a pessoas LGBTQIA+.
- **Programas comunitários de proximidade,** em articulação com associações locais.

O combate à pobreza não se resolve com paliativos, mas com justiça estrutural. Este plano é um caminho para uma cidade:

- com **mais igualdade**, onde o direito à habitação, ao trabalho digno, à cultura e à mobilidade é realidade;
- com **mais futuro** para quem aqui vive, com serviços públicos de proximidade e bairros cuidados;
- com políticas que partem da realidade concreta das pessoas, com **metas claras**, avaliação anual e prestação de contas, e não apenas dos indicadores macroeconómicos.

Assumimos a autarquia como espaço decisivo de transformação: onde se combate a turistificação, se garante mobilidade acessível e sustentável, se protege o ambiente e se democratiza o acesso à cultura e à educação. E afirmamos compromissos que atravessam todo o programa:

- **Mobilidade pública e inclusiva**, com gratuitidade progressiva dos transportes (prioridade a jovens, pessoas mais velhas e pessoas em situação de vulnerabilidade), faixas BUS, Metrobus em canal dedicado e expansão metropolitana do sistema.
- **Governação à escala da AMP**, com intermodalidade tarifária Andante, interfaces e park & ride, coordenando Câmara, Metro e STCP.
- **Habitação como direito**: construção e reabilitação públicas, cooperativas e modelos coletivos fora da lógica especulativa, observatório municipal e regras urbanísticas com contrapartidas sociais.

- **Trabalho com direitos**: Meta Zero de precariedade na Câmara e empresas municipais, critérios laborais nos apoios, selo municipal para boas práticas, apoio ao pequeno comércio e à economia solidária.
- **Cuidar da saúde mental e das dependências**: respostas de proximidade em escolas e bairros, apoio a cuidadores informais e política municipal de redução de riscos (equipas de rua, casas de transição, salas de consumo vigiado em articulação com o SNS).
- **Ambiente e clima**: Plano de Arborização (3.750 árvores/ano), espaços verdes e hortas em todas as freguesias, Plano de Ação Climática (ilhas de calor, águas pluviais, permeabilidade do solo, infraestrutura verde-azul) e Plano de Qualidade do Ar e Ruído.
- **Transição energética justa**: Comunidades de Energia em bairros, escolas e equipamentos, com prioridade à pobreza energética.
- **Democracia viva e vinculativa**: Orçamento Participativo Municipal vinculativo, Conselho de Cidadãos representativo, Observatório de Democracia Local, Portal da Participação, transmissões online e assembleias descentralizadas; programa "Ninguém Só" contra a solidão; Centro para a Diversidade, mediadores interculturais e LGP.
- **Cultura de proximidade**: Carta Municipal da Cultura, Passaporte Cultural para todas as crianças e jovens, apoios plurianuais à criação e rede de espaços culturais em todos os territórios.

Mas não nos ficamos pelos eixos que aqui ocupam maior destaque. O compromisso do Bloco para com o Porto num novo mandato autárquico integra também áreas eventualmente menos visíveis neste programa, mas fundamentais para a vida das pessoas. Estes compromissos, ainda que não surgindo sempre em primeira linha, fazem parte da mesma visão de cidade justa: **uma cidade que resiste à lógica da mercantilização, aposta na proximidade e na democracia participativa e se guia pela igualdade como princípio estruturante. Não se trata de caridade ou de compensações pontuais. Trata-se de assumir que justiça social é governo - e que só com ela o Porto poderá ser de todas e todos.**